



## A DIFUSÃO DA LÍNGUA INGLESA COMO INSTRUMENTO DE PODER: UMA ANÁLISE SOB A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO

DOI: 10.48075/ri.v26i1.31691

Juliana Zanoni Tao<sup>1</sup>  
Manoela Marli Jaqueira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo aborda a difusão da língua inglesa como instrumento de poder sob a ótica da geopolítica. Para isso, o objetivo foi estabelecer uma relação entre a geopolítica do conhecimento e a colonialidade do saber com a difusão do inglês na produção de textos acadêmicos. Dessa forma, teve-se o esforço em debater e refletir acerca da naturalização do inglês como língua franca disseminada através de estratégias de poder. Com isso, através de revisões bibliográficas que perpassam o tema e pela revisão sistemática da literatura decolonial, foi possível apresentar os principais enfoques teóricos da geopolítica do conhecimento e os contrastar com políticas de poder de um país falante de língua inglesa. Neste viés, o texto tem como pergunta-problema: De que modo, a partir de uma geopolítica de produção de conhecimento, os Estados de língua inglesa, em específico os Estados Unidos, utilizaram-se do idioma como instrumento de poder para incorporar a produção de textos acadêmicos escritos em países que não possuem o inglês como idioma oficial. Em vista disso, procurou-se investigar o lugar do conhecimento central e universal e como este percorre as espacialidades subalternas uma vez implicando na relação poder e saber.

**Palavras-chave:** Geopolítica do conhecimento; Língua Inglesa; Decolonialidade; Poder.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 6º período do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Dinâmicas das Cataratas – UDC MONJOLO. Foz do Iguaçu/PR. E-mail: [taona08@gmail.com](mailto:taona08@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Relações Internacionais pelo IRI-PUC-RJ. Professora e Coordenadora do Curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Dinâmicas das Cataratas - UDC MONJOLO. Foz do Iguaçu/PR. E-mail: [manoela@udc.edu.br](mailto:manoela@udc.edu.br)

# THE DISSEMINATION OF THE ENGLISH LANGUAGE AS AN INSTRUMENT OF POWER: AN ANALYSIS UNDER THE GEOPOLITICS OF KNOWLEDGE

---

**ABSTRACT:** This article addresses the dissemination of the English language as an instrument of power from the perspective of geopolitics. To this end, the objective was to establish a relationship between the geopolitics of knowledge and the coloniality of knowledge with the diffusion of the English language in the production of academic texts. With this in mind, there was an effort to debate and reflect on the naturalization of English as a lingua franca disseminated through power strategies. With that, through bibliographic reviews that pervade the theme and through the systematic review of the decolonial literature, it was possible to present the main theoretical approaches of the geopolitics of knowledge and to contrast them with power policies of an English-speaking country. In this bias, the article presents the following problem question: In what way, from a geopolitics of knowledge production strategy, English-speaking States, in particular the United States, used the language as an instrument of power to incorporate the production of academic texts written in countries that do not have English as an official language. In view of this, an attempt was made to investigate the place of central and universal knowledge and how it travels through subaltern spatialities once it implies the relationship between power and knowledge.

**Keywords:** Geopolitics of knowledge; English language; Power.

*“What colonialism does is cause an identity crisis about one's own culture.”  
Lupita Nyong'o, Vogue, 2017.*

## INTRODUÇÃO

Os processos de descolonização da América Latina e posteriormente das regiões afro-asiáticas foram caracterizados por diversos movimentos, mas qualquer mudança menos libertação colonial, seja essa no âmbito político, econômico e cultural. Nesse viés, é de conhecimento geral que os processos de colonização do período do Imperialismo trouxeram consequências determinantes para a consolidação das antigas colônias como Estados-nações no cenário internacional. Mais que isso, destaca-se marcas importantes na estruturação dessas novas nações, desde seus sistemas políticos estatais até suas culturas e manifestações culturais.

Deste modo, nota-se um esforço nas literaturas de autores subalternos em questionar essas estruturas de poder no sistema mundial moderno. Nesse contexto, Quijano (2005), por exemplo, apresenta sua teoria de colonialidade do poder a partir da consolidação dos processos de inserção estatal após os movimentos de descolonização. Nesse sentido,

embora na atual fase da globalização e consolidação da economia mundial, exista um “Terceiro Mundo” incluído no “Primeiro”, é entendido que o sistema interestatal e a colonialidade do poder que o organiza categoricamente ainda não desapareceram.

Dessa forma, as teorias de tal fenômeno, introduzido por Quijano (2005), reproduzem-se através de instituições, discursos e práticas sociais. Com isso, vale ressaltar que não obstante a ser uma forma de dominação política, esse modo de poder afeta todas as esferas da vida, incluindo a economia, a cultura, a religião e a linguagem. Assim, surge a necessidade de questionamento e reflexão acerca da geopolítica do conhecimento, que por meio da difusão da língua inglesa, tornou-se precursora de estruturas de dominação no campo acadêmico. Em outras palavras, este artigo tem o interesse em responder a seguinte pergunta: de que forma, a partir de uma geopolítica de produção de conhecimento, os Estados de língua inglesa se utilizaram do inglês como instrumento de poder para incorporar maior espaço na publicação de textos acadêmicos.

Para que a pesquisa fosse possível, a metodologia utilizada foi a revisão sistemática. Nesse sentido, buscou-se identificar, selecionar e avaliar criticamente a literatura disponível acerca do tema para responder a pergunta-problema. Em vista disso, o método consistiu em uma revisão bibliográfica, ou seja, a elaboração de um artigo com base em livros e artigos científicos publicados. As obras da língua inglesa foram traduzidas livremente quando houve a necessidade de referencial teórico para fundamentar um ponto abordado dentro deste artigo. Com isso, as análises de tais monografias, periódicos e/ou livros foram devidamente referenciadas conforme para apoio científico.

O texto organiza-se da seguinte forma. Primeiro, apresenta-se um panorama de análise teórica e crítica da geopolítica do conhecimento e seus efeitos, com base em uma ótica de autores subalternos. Em seguida, teve-se o interesse em contextualizar a prática de utilização do idioma, neste caso, da língua inglesa, como instrumento de poder no enfoque da produção de conhecimento no âmbito acadêmico, uma vez contribuindo para a crítica da colonialidade do saber na perspectiva colonial. Logo mais, aborda-se brevemente os impactos da difusão da língua inglesa e como o seu uso em textos acadêmicos afeta as esferas da sociedade dos países que se utilizam do inglês para obter maior destaque e legitimidade na comunidade científica internacional.

## **PANORAMA TEÓRICO**

Segundo Almeida (2011, p.4), nos dias atuais, a espacialidade se tornou um fator fundamental para as reflexões acerca da produção de conhecimento e por conseguinte, das compreensões no que refere a concepções de mundo. Com isso, de acordo com a autora, o conceito de geopolítica diz respeito à formulação das teorias e análises no que concerne ao poder e ao espaço. Nesse sentido, as geopolíticas do conhecimento têm tido como objetivo revelar as hierarquias implícitas e/ou explícitas existentes entre diferentes sistemas de epistemologia (ALMEIDA, 2011, p.4).

Assim, observa-se a necessidade em analisar as recepções de conhecimento na América Latina produzidas em outra parte do globo. Nesse viés, este item procura trazer uma análise teórica da geopolítica do conhecimento e da colonialidade do saber. Com isso, pôde-se aprofundar nos principais pontos de pensamentos para uma maior reflexão acerca do tema.

#### **A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO SOB A PERSPECTIVA DECOLONIAL**

Para Mignolo (2020, p.5), a conjuntura do sistema mundial moderno se inicia no denominado “circuito comercial atlântico” no século XV, com as concepções de modernidade e pós-modernidade inseridas nesse período. Em vista disso, Mignolo (2020, p.6) afirma que tal sistema-mundo moderno/colonial provém da emergência da presença dos portugueses e espanhóis nas Américas, uma vez que, para nações como Inglaterra e França, tal fenômeno era visto como prioridade secundária e estava direcionada ao comércio e não a conversão (MIGNOLO, 2020, p.6).

Dessa forma, em complemento a outro intelectual da área, de acordo com Lander (2005, p.10) “a conquista ibérica do continente americano é o momento inaugural dos dois processos que articuladamente conformam a história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo”. Com isso, é possível pontuar que, não precisamente a produção de conhecimento, mas a intenção de transfiguração deste se perpetua desde o século XV. Desse modo, Mignolo (2020, p.6) apresenta que tais particularidades se encontram conectadas à construção de diferenças coloniais.

A diferença colonial é um conector que, em resumo, se refere aos perfis em mutação das diferenças coloniais através da história do sistema-mundo moderno/colonial e traz para primeiro plano a dimensão planetária da história humana silenciada por discursos centrados na modernidade, pós-modernidade e civilização ocidental (MIGNOLO, 2020, p.6).

Nesse âmbito, os diálogos silenciados da modernidade, pós-modernidade e civilização ocidental podem ser apontados como ocultos no que Lander (2005, p.8) atesta como pensamento científico moderno. Este se dá a partir do que o autor chama de "naturalização das relações sociais". Desta forma, as características estruturais precursoras da sociedade moderna são então vistas como fenômenos espontâneos e naturais do desenvolvimento histórico do sistema-mundo moderno que surgiu no século XV (LANDER, 2005, p.8).

Com isso, relaciona-se ao que Lander (2005, p.8) aponta de "essa força hegemônica do pensamento neoliberal, (...) como conhecimento objetivo, científico e universal (...) está apoiada em condições histórico culturais específicas". Tal controle de força se deu através do processo que levou à consolidação das relações de produção capitalistas e do modo de vida liberal (LANDER, 2005, p.12). Nesse sentido, destaca-se que essa ação também teve uma dimensão colonial/imperialista uma vez que as potências europeias submeteram outros territórios, fundamentando-se na ideia de superioridade racial e cultural dos europeus sobre os povos colonizados.

Com o início do colonialismo na América inicia-se não apenas a organização colonial do mundo mas - simultaneamente - a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). Deu-se início ao longo processo que culminará nos séculos XVIII e XIX e no qual, pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo - todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados - numa grande narrativa universal (LANDER, 2005, p.10).

Nesse âmbito, apresenta-se o que Aníbal Quijano batizou de colonialidade do poder, e é explicado por Almeida (2011, p.4) como um modelo de poder que se consiste em um "padrão de dominação e exploração que interliga a conquista de territórios, a formação racial, o controle do trabalho e a produção de conhecimento". Assim, embora que na etapa atual do sistema capitalista moderno, situa-se às novas nações que emergiram das antigas colônias, inseridas no chamado Primeiro Mundo, tal pensamento da colonialidade do poder não deixou de existir na estruturação do sistema interestatal (MIGNOLO, 2020, p.7).

É neste cenário histórico-cultural, então, que Lander (2005, p.13) atesta para o surgimento da visão de mundo eurocêntrica, na qual fornece os precursores para o edifício dos conhecimentos modernos. Nesse sentido, o autor apresenta quatro dimensões básicas

que incorporam tal noção: a visão universal da história vinculada à ideia de progresso (hierarquização dos povos), naturalização das relações sociais, naturalização das múltiplas separações próprias do coletivo e a infortuna necessidade de superioridade dos conhecimentos que a sociedade aporta em relação aos outros conhecimentos, ao produzir ciência (LANDER, 2005, p.13).

Deste modo, nota-se que os estudos decoloniais contribuíram para explicitar as condições em que, justamente, essa necessidade de superioridade de conhecimentos se manifesta (ALMEIDA, 2011, p.5). Nesse contexto, Almeida (2011, p.5) traz uma análise em que a criação histórica da modernidade, como científica-ocidental, é inerente a sua dicotomia “inferior” do atrasado, o chamado pela autora de “lado escuro”.

“Lado escuro” faz referência àquilo que nunca aparece (lado escuro da lua), justamente o caráter constitutivo da experiência colonial e da colonialidade, que teria sido desprezado quando se pensa a emergência do mundo moderno. Modernidade/colonialidade formariam assim um par conceitual cujos termos se implicam e se definem reciprocamente (ALMEIDA, 2011, p.5).

Em vista disso, de forma a somar-se às suas análises, nota-se que Lander (2005, p.13) explica porque o modo em que a experiência europeia foi interpretada como válida, as formas de conhecimentos elaboradas para o entendimento da sociedade se converteram em sistemas únicos e universais de conhecimento (LANDER, 2005, p.13). Nesse cenário, os conceitos, uma vez europeus, como Estado, mercado, classe social e entre outros, foram postulados como proposições normativas, as quais definiram a estruturação de sociedade de quase todos os povos do mundo (LANDER, 2005, p.13).

## O IDIOMA COMO INSTRUMENTO DE PODER

A comunicação através da linguagem se manifesta pela sua diversidade e subjetividade. Nesse sentido, destaca-se, desde Foucault a Bourdieu, autores os quais revolucionaram a área acadêmica ao abordar as relações entre poder e linguagem. Desse modo, Lima (2019, p.3) explica que Bourdieu compreendia a linguagem como um mecanismo que exerce poderes dentro de uma sociedade, podendo influir na marginalização de caráter linguístico e conseqüentemente, social. Com isso, para o sociólogo, tais meios determinam os comportamentos dos indivíduos enquanto sociedade (LIMA, 2019, p.10).

Em vista disso, ressalta-se que as interações no âmbito social se estruturam em processos de maneira desigual e tácita. Isso ocorre a partir do que Lima (2019, p.10) descreve como “forças materiais tais como forças de trabalho, mercadorias, serviços ou por forças simbólicas tais como sapiência, modo de falar, música e etc”. Dessa forma, entende-se então que, nessas esferas da sociedade, existe um vínculo intrínseco entre dominantes e dominados (LIMA, 2019, p.10). Assim, para se relacionar com a geopolítica do conhecimento, faz-se necessário a compreensão de que tais mecanismos de linguagem, como por exemplo, o idioma, são pertencentes ao sistema-mundo moderno de poder, os quais os Estados se utilizaram ao longo dos séculos.

Neste cenário, em seu artigo intitulado “Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês”, Lacoste (2013, p.7) traz uma clara análise de geopolítica, “toda rivalidade de poderes (e de influências) sobre territórios”. Neste cenário, inserir lentes geopolíticas na dispersão de uma língua, traduz-se em ampliar sua ocorrência além das fronteiras geográficas e compreender suas interações com outras línguas e Estados (LACOSTE, 2013, p.7).

Há séculos, a difusão de uma língua em determinados territórios em detrimento das línguas que até então eram faladas ali traduz rivalidades de poderes nesses territórios. Foi o que se deu na construção dos Estados-nação e na propagação, em cada um deles, de sua língua nacional, em detrimento do que hoje se classifica como “línguas regionais” e que são os falares de antigos conjuntos geopolíticos (LACOSTE, 2013, p.7).

Dessa forma, o autor aponta que o neo-imperialismo não se consiste mais em expandir para outros territórios a fim de exercer a dominação exploratória e expansionista. Ao invés disso, destaca-se um esforço em transmitir e influenciar seus aspectos culturais, como a língua, sobre outras regiões (LACOSTE, 2013, p.8). Nesse cenário, Duarte (2018, p.44) apresenta imperialismo como “tendência para a expansão do poder político e econômico de uma nação ou Estado sobre o outro”. Com isso, pode-se ligar as noções de Lacoste a este pensamento da autora, uma vez que, entende-se então, a língua inglesa como um instrumento desse novo imperialismo. Mais que isso, tal mecanismo pode agir sobre comunidades locais, ameaçando as práticas culturais próprias desses povos, resultando em possíveis perdas de identidades (DUARTE, 2018, p. 44).

Diante disso, Phillipson (2013) cunha o termo Imperialismo Linguístico em seu artigo titulado pelo mesmo nome. Nesse viés, o autor afirma que o presente vigor da língua inglesa e de outros idiomas “populares” são fruto de sucessivas ondas de colonização e de

resultados de conflitos militares entre potências europeias. Mais que isso, ao aprofundar nas práticas que eram exercidas nas antigas colônias, Phillipson (2013, p.3) explica também que, em um primeiro momento, no trabalho e na educação, eram usadas até certo ponto, as línguas nativas do território estadunidense. Tal condição mudou rapidamente uma vez que a competição por recursos entre colonos e povos indígenas se intensificou (PHILLIPSON, 2013, p.3). Com isso, deduz-se então que o idioma foi logo incorporado para ser exercido em práticas de poder.

A educação foi então estabelecida com base no princípio “de que a única perspectiva de sucesso era levar as crianças para internatos e torná-las 'inglesas na linguagem, civilizadas nas maneiras cristãs na religião” (Spring, 1996, p. 152). Isso exemplifica o imperialismo linguístico em relação às línguas minoritárias dentro de uma política (PHILLIPSON, 2013, p.3, tradução nossa).

Nesse sentido, observa-se casos históricos em que existe a difusão de um idioma para fins geopolíticos, como a título de exemplo, os Estados Unidos, assim como outros países colonizados pelos britânicos, os quais possuem como língua oficial o inglês (LACOSTE, 2013, p.8). Com isso, Lacoste (2013, p.10) afirma que atualmente, a difusão mundial do inglês não se restringe, entretanto, somente às colônias históricas colonizadas pelos britânicos. Desse modo, o autor traz que isso procede, “em grande medida, da influência direta e indireta dos Estados Unidos” (LACOSTE, 2013, p.10). Nesse contexto, Duarte (2018, p.43) atesta que a expansão do inglês se deu de maneira o qual é a língua oficial de 62 países e não obstante a isso, ela afirma que “o inglês é provavelmente a única LE (língua estrangeira) que possui mais falantes não nativos do que nativos” (DUARTE, 2018, p.43).

Em vista disso, em um cenário internacional mais interligado em termos políticos, econômicos, sociais e culturais, o inglês se torna a língua da globalização (LACOSTE, 2013, p.8). Não obstante a isso, segundo Lacoste (2013, p. 10), a difusão do inglês se deu especialmente após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, o autor cita um exemplo em que o plano Marshall forneceu máquinas e equipamentos mecânicos, os quais eram necessários ter o mínimo de entendimento com o inglês para conseguir ler instruções e se utilizar destes (LACOSTE, 2013, p.10).

Não só isso, mas no campo da aviação, todos os pilotos tinham ao menos um nível intermediário de inglês para conversação com torres de controle de outros países e além disso, o desenvolvimento do turismo se tornou um dos maiores propulsores para a difusão



mundial do inglês mundialmente (LACOSTE, 2013, p.10). Ademais, tal internacionalização da língua inglesa se fez e faz indiretamente através do termo cunhado pelo cientista político Joseph Nye, de *Soft Power* (poder brando). Nesse âmbito, Santos (2019, p.37) explica a estratégia da seguinte forma:

O soft power é um marco da política democrática cotidiana. A capacidade de estabelecer preferências tende a estar associada a ativos intangíveis, como uma personalidade atraente, cultura, valores e instituições políticas, e políticas que são vistas como legítimas ou com autoridade moral. Se eu posso fazer você querer fazer o que eu quero, então eu não tenho que forçá-lo a fazer o que você não quer. (NYE JR, 2008, p. 95, grifo nosso, tradução nossa, apud SANTOS, 2019, p.37 e 38).

A partir disso, Lacoste (2013, p.11) diz também que, através de diversos fenômenos culturais estadunidenses, sejam eles o cinema ou as produções musicais, fizeram com que a disseminação da língua inglesa se desse por vez, indiretamente. Retomando a temática deste artigo, Lacoste (2013, p.11) traz então que “tudo isso tem consequências geopolíticas e participa das rivalidades de poderes e de influências em nível mundial e no quadro de todos os países”. Com isso, é possível compreender que, de um lado, existe o fator histórico geográfico da língua inglesa, por meio dos processos de colonização e dominação. Do outro lado, entende-se o elemento sociocultural, juntamente com o que foi apresentado como neo-imperialismo por Lacoste e Duarte, o qual infiltrou e serviu como dominação implícita pelas esferas da política, economia, comunicação, educação, relações internacionais e entre outros (SANTOS, 2019, p.30).

## **IMPACTOS DA DIFUSÃO DA LÍNGUA INGLESA NA PUBLICAÇÃO ACADÊMICA-CIENTÍFICA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Fuza (2017, p. 302) atesta que “no domínio acadêmico-científico, o pesquisador tem como objetivo maior acrescentar conhecimento à sua área de estudo, contribuindo com novos saberes”. Assim, conforme exemplificado anteriormente, a produção de saber é condicionada à formação do sistema-mundo moderno e tal conjuntura é influenciada por instrumentos e estratégias de políticas de poder. Logo, pode-se afirmar que existe um papel realizado pelo idioma nas publicações científicas, uma vez que são um elemento crucial para produção de conhecimento. Este item busca exemplificar tal quadro apresentando as vantagens e desvantagens de existir tal circunstância.

De acordo com Swales (1997, p.374), em seu ensaio intitulado “Inglês como Tiranossauro Rex”, o autor afirma o idioma inglês ser como “um carnívoro poderoso devorando os outros habitantes das pastagens linguísticas acadêmicas” (SWALES, 1997, p.374, tradução nossa). Nesse sentido, Swales (1997, p.374) cita teóricos como o referido Phillipson (2013) e dentre outros, os quais trazem a crítica à escrita pela língua inglesa. Tal opinião é compartilhada por Lillis e Currys (2013, apud FUZA, 2017, p.304), na qual relatam que o inglês é considerado, muitas vezes, por instituições acadêmica como língua franca, “facilitando trocas transnacionais de novos conhecimentos, o que, por sua vez, ajuda a sustentar o crescimento e o desenvolvimento econômico” (FUZA, 2017, p.304).

Afirmam ainda que o “inglês não é só a língua da ciência, mas sim a língua dos países mais ricos no cerne da produção científica, a linguagem das revistas mais prestigiadas e a linguagem dos sistemas de avaliação e recompensa” (LILLIS; CURRY, 2013, p. 230, tradução minha)(FUZA, 2017, p.304 e 305).

Diante desta citação, retoma-se ao que os teóricos decoloniais consolidam como colonialidade do saber. Nesse cenário, a escrita de textos acadêmicos em inglês recebem destaque, de forma que em muitas instituições ao redor do mundo, a publicação em língua inglesa tem maior status (FUZA, 2017, p.305). Em vista disso, retoma-se aos teóricos decoloniais, os quais consolidam o pensamento da colonialidade do saber.

Dessa forma, destaca-se Dussel (2005, p. 28), o qual afirma a “modernidade como novo paradigma da vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico”. Com isso, resgatando as explicações de Lander (2005, p.13) apresentadas anteriormente, a condição de experiência europeia de vida foi tomada como única, verdadeira e um fato imutável. Consequentemente, pode-se declarar que as asserções transformadas em normativas com a imposição do conceito de modernidade, ultrapassaram as esferas mais coletivas da sociedade como Estado e mercado e se instalaram no meio acadêmico.

Além disso, nota-se também Fuza (2017, p. 305), a qual afirma que o fato de as publicações em língua inglesa ganharem mais destaque nas instituições se dá por meio de processos em que foram estabelecidos marcos de qualidade para tal produção de ciência uma vez que segue o “senso de criação de padrões uniformes de produção” (FUZA, 2017, p.305). Assim, Dussel (2005, p.29) explica o mito da modernidade seguinte algumas descrições, entre elas, destaca-se a primeira, como “a civilização moderna autodescreve-se

como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica)” (DUSSEL, 2005, p.29).

Com isso, entende-se que a geopolítica do conhecimento se consolidou a partir dessas noções eurocêntricas, em que Dussel (2005, p.28) distingue de forma que o centro é visto como Europa e a periferia como África, Ásia e América Latina (Neste artigo, segrega-se propositalmente a América do Norte da periferia de Dussel, uma vez exposto a configuração do Neo-Imperialismo). Dessa forma, existe uma intenção de superioridade na produção de conhecimento, a qual se deu de modo a formular estratégias de práticas de poder, como exemplificado, a difusão da língua inglesa.

De qualquer forma, entende-se que não há como negar que existem vantagens para influência da língua inglesa no campo acadêmico uma vez que permite maior acessibilidade pelos falantes do idioma ao redor do mundo, a partir das instituições nomearem o inglês como língua franca (FUZA, 2017, p.306). Entretanto, Fuza (2017, p.306) explica que Hyland (2006) demonstra os impactos negativos da difusão do inglês, em especial em textos acadêmicos.

Dessa forma, em um primeiro momento, vale notar a perda da diversidade linguística na esfera epistemológica uma vez que acadêmicos são incentivados, pelo cenário atual, a produzir em língua inglesa e assim, cada vez menos se publica em sua língua materna (FUZA, 2017, p.306). Mais que isso, há de se considerar que a publicação em inglês pode acarretar na supressão de conteúdo aos não falantes da língua. Essas particularidades podem incentivar uma certa deterioração da cultura local. Isso pode ser melhor explicado quando há um cenário em que a língua inglesa como instrumento de poder, conforme dito anteriormente, age sobre as culturas locais, resultando em possíveis perdas de identidades (DUARTE, 2018, p. 44).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os padrões de dominação que foram exercidos no período colonial não desapareceram após as descolonizações. Ao invés disso, eles assumiram uma máscara de heróis, os quais trouxeram a modernização para a periferia. Desse modo, desde a consolidação do sistema-mundo moderno, as esferas da sociedade desta periferia atuam sob padrões normativos impostos já desde quando os primeiros europeus pisaram em territórios africanos, asiáticos e latino-americanos. Há de considerar, claramente, que houve uma

evolução e progressão no modo em que se aplica a dominação sob o outro. Nesse sentido, destaca-se o neo-imperialismo atual, operado pelos Estados Unidos, de modo estabelecer domínios de influências nas mais diversas camadas da sociedade, uma vez guiado pelos aspectos da universalidade e padronização.

Ademais, a diferença colonial e o eurocentrismo são aspectos que propulsionam a situação dos diálogos silenciados, em detrimento a verdade “europeia” válida, única e universal. Desse modo, vale ressaltar um aspecto o qual não foi exposto com profundidade neste artigo, a linguagem subjetiva por trás das publicações em inglês. Neste contexto, além de trazer possivelmente perda de identidades ao uso incentivado da língua inglesa nas publicações acadêmicas em detrimento da língua materna, acontece de tais textos possuírem subjetividade. Com isso, nesse cenário, a difusão do inglês no campo acadêmico serve como precursora de diálogos que menosprezam e/ou ocultam a realidade e a quem se dirigem.

Em suma, a difusão da língua inglesa, a partir da geopolítica do conhecimento, é uma estratégia de poder do Neo-Imperialismo, mas que veio sendo consolidada desde a criação do sistema-mundo moderno e da noção de Modernidade em si. Nesse viés, a produção de conhecimento em inglês no meio acadêmico é uma das esferas da sociedade em que tal dominação se perpetuou e continua perpetuando. Com isso, faz-se necessário a valorização de publicações da “periferia”, em especial as decoloniais, para que se garanta a preservação de identidades colonizadas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Júlia. *Geopolíticas e descolonização do conhecimento*. In: Anais do I Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snpgcs>. Acesso em: 01 de abr. 2023.

DUARTE, Roseane Kellen dos Santos. *O Inglês como instrumento do imperialismo: língua global e o processo de alienação*. 2018. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 24-32.

FUZA, Ângela Francine. O papel da língua inglesa na publicação acadêmico-científica: reflexões teóricas e o caso dos cursos de escrita on-line brasileiros. *Signótica*, [S.L.], v. 29, n.

2, p. 302, 30 ago. 2017. Universidade Federal de Goiás.  
<http://dx.doi.org/10.5216/sig.v29i2.43926>. Disponível em:  
<https://revistas.ufg.br/sig/article/view/43926>. Acesso em: 29 maio 2023.

QUIJANO, Aníbal. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-130.

LACOSTE, Yves. *Por uma abordagem geopolítica da difusão do inglês*. [S.l.]: [s.n.], 1984. Disponível em:  
[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/Ingles/lacoste.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Ingles/lacoste.pdf). Acesso em: 08 abr. 2023.

LANDER, Edgardo. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 8-23.

LIMA, Marcos Felipe de Jesus. A relação entre língua e poder na obra de pierre bourdieu. 2019. 15 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras, Universidade Tiradentes, Aracaju, 2019. Disponível em: <https://openrit.grupotiradentes.com/xmlui/handle/set/2230>. Acesso em: 28 maio. 2023.

MIGNOLO, Walter D. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial. *Revista Lusófona de Educação*, [S.l.], v. 48, n. 12, p. 187-224, 2020. ISSN 1645-7250. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2059>. Acesso em: 03 abr. 2023.

PHILLIPSON, Robert. Linguistic Imperialism. In: CHAPELLE, C.A. (Ed.). *The Encyclopedia of Applied Linguistics*. 2nd ed. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781405198431.wbeal0718.pub2>. Acesso em: 10 maio 2023.

SANTOS, Thiago Rocha. A música enquanto estratégia de soft power: uma análise da influência do pop norte-americano na difusão da língua inglesa nos anos 90. 2019. 69 f. TCC (Graduação) - Curso de Línguas Estrangeiras Aplicadas Às Negociações Internacionais, Departamento de Mediações Interculturais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16620>. Acesso em: 15 maio 2023.

SWALES, John M.. English as Tyrannosaurus rex. *World Englishes*, Michigan, v. 16, n. 3, p. 373-382, 1997. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/74462/1467-971X.00071.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.

Recebido em 07 de agosto de 2023.

Aprovado em 24 de outubro de 2023.

